

ISSN 1519-4612

Universidade Federal Fluminense

TEXTOS PARA DISCUSSÃO

UFF/ECONOMIA

Universidade Federal Fluminense

Faculdade de Economia

Rua Tiradentes, 17 – Ingá – Niterói (RJ)

Tel.: (0xx21) 2629-9699 Fax: (0xx21) 2629-9700

<http://www.uff.br/econ>

esc@vm.uff.br

Um Aspecto da Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais

Danielle Carusi Machado

Ana Flávia Machado

TD 235

Abril/2008

Resumo

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada, logo, está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nesta situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. O objetivo desse trabalho é descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho por considerá-la insuficiente tendo-se em contra-partida aqueles que se declaram satisfeitos. Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretende-se responder às seguintes questões: Há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida podemos associá-la a pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação ou não?

Palavras-chave: subocupação, jornada de trabalho, mercado de trabalho

Abstract

The working time underemployment reflects the underutilization of productive capacity of the labor force occupied, so, it is related to additional time people in this situation desires and disposes to work during a reference period. This phenomenon could be computed by the working time people would be able to work in addition to working time effectively worked during the week. The main objective of this article is to describe the profile of occupied person who are not satisfied with working time because they consider this journey insufficient to person who are satisfied. In Brazilian literature, this phenomenon has not been analyzed yet. We want to answer the following questions: are there differences between regions? Working time underemployment is linked to income under the medium income? Is there a relation with poverty? Are there any groups more subjected to this situation or not?

Key words: underemployment, working time, labor market

Um Aspecto da Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais*

1. Introdução

A subocupação é parte integrante da estrutura de mensuração da força de trabalho, sendo calculada com base nas capacidades correntes e na situação de trabalho das pessoas ocupadas. As estatísticas de subocupação são usadas para complementar os indicadores tradicionais sobre o mercado de trabalho: ocupação, desocupação e inatividade (segundo *OIT, 1998*).

O fenômeno de subocupação por horas trabalhadas reflete a subutilização da capacidade produtiva da população ocupada. Esta subutilização ocorre devido ao mau funcionamento do sistema econômico. Uma pessoa pode ser classificada como subocupada quando deseja encontrar uma ocupação alternativa a que possui e nela se engajar. A subocupação por horas de trabalho existe quando a jornada de trabalho da pessoa ocupada é insuficiente em relação a uma alternativa ocupacional na qual a pessoa deseja e está disponível para aceitar.

Segundo *OIT (1998)*, para uma pessoa ser classificada como subocupada por horas de trabalho deve atender aos seguintes critérios:

- “*Desejar trabalhar mais horas adicionais*”, ou seja, querer uma outra ocupação (ou outras ocupações), adicionalmente à sua ocupação atual, de forma a aumentar o número de horas de trabalho; aumentar a jornada de trabalho em qualquer um dos postos em que está vinculado; ou, uma combinação dessas duas opções. A procura por horas adicionais deve ser efetiva, de forma similar à procura efetiva por uma ocupação.
- “*Disponível para trabalhar horas adicionais*”, ou seja, deve estar pronta, dentro de um período de tempo subsequente específico, para trabalhar horas adicionais dadas as oportunidades de trabalho adicional. Este período subsequente de tempo é definido conforme as circunstâncias nacionais, considerando o período que normalmente é requerido para um trabalhador deixar uma ocupação para iniciar outra.

* Gostaríamos de agradecer a Elizabeth Belo Hypolito pela elaboração dos coeficientes de variação das estimativas das tabulações da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE).

- “Ter uma jornada de trabalho menor que um determinado limite”, pessoas cujas horas de trabalho habituais em todos os trabalhos do período de referência estão abaixo de um determinado limite, definido conforme o contexto do país. Este limite pode ser determinado pelos limites entre a ocupação em tempo integral e parcial, pelos valores medianos, médios, por normas definidas conforme legislação específica, acordos coletivos ou práticas laborais dos países.

O volume da subocupação por horas de trabalho está relacionado ao tempo adicional que a pessoa nesta situação deseja e está disponível para trabalhar durante o período de referência. Pode ser computado a partir das horas de trabalho que poderia trabalhar além das que efetivamente trabalhou na semana bem como considerando o quão afastada a sua jornada de trabalho está da jornada regulamentada no país.

Na nova metodologia da Pesquisa Mensal do Emprego (PME/IBGE),¹ iniciada em 2002, existe uma pergunta específica para avaliar o desejo das pessoas ocupadas de trabalhar horas adicionais à sua jornada de trabalho efetiva. A partir desta pergunta pode-se identificar um grupo de pessoas que não estão satisfeitas com a sua inserção na atividade econômica.

O objetivo desse trabalho é, portanto, descrever o perfil dos ocupados que estão insatisfeitos com a jornada de trabalho por considerá-la insuficiente tendo-se em contra-partida aqueles que se declaram satisfeitos. Conforme estabelecido pela OIT (1998), para pessoa ser classificada como subocupada deve atender aos três critérios acima. No caso do Brasil metropolitano, cerca de 24% da população ocupada estava inserida na atividade econômica com jornada inferior 40 horas semanais. Grande parte dos trabalhadores ocupados tem jornada entre 40 e 44 horas na semana (mais de 40% nas seis principais regiões metropolitanas brasileiras, segundo a PME). Neste artigo analisamos um aspecto específico da subocupação que corresponde ao desejo de trabalhar horas adicionais às efetivamente trabalhadas.

Na literatura brasileira, esse trabalho de aplicação aos dados da PME é inédito. Pretende-se responder às seguintes questões: Há diferenças entre as regiões metropolitanas? Insuficiência de horas trabalhadas está associada à insuficiência de renda no sentido de rendimento abaixo da média? Em que medida podemos associá-la a pobreza? Existem grupos demográficos mais sujeitos a essa situação ou não?

¹ Ver IBGE (2002).

Dividimos o artigo em seis seções: na próxima seção descrevemos o modelo de oferta de trabalho, a seguir, a base de dados utilizada. Na terceira seção fazemos uma análise do mercado de trabalho regional, na quarta, traçamos as principais características dos trabalhadores ocupados que desejam trabalhar mais horas, diferenciando-os do grupo de trabalhadores ocupados que estão satisfeitos com sua jornada de trabalho. Na última seção, apresentamos as considerações finais e linhas de pesquisa futuras.

2. Literatura teórica sobre oferta de trabalho

A alocação de tempo entre trabalho e lazer é tratada na literatura (*Ashenfelter and Heckman, 1972*) como uma escolha na qual o indivíduo, dadas as suas preferências e atributos pessoais, decide entrar no mercado de trabalho, o que é denominado decisão na margem extensiva e, em seguida, quantas horas irá se dedicar ao trabalho, decisão na margem intensiva.

A função de oferta de trabalho é derivada de um modelo genérico de demanda do consumidor com uma dotação fixa de bem dividida em uma parte comprada no mercado e a outra produzida em casa. No caso da oferta de trabalho, a dotação fixa é representada pelo tempo total disponibilizado para o lazer e o trabalho.²

Assumindo mercado competitivo e perfil homogêneo dos trabalhadores, o indivíduo tomará a decisão de entrar no mercado de trabalho se o seu salário de reserva, ou o valor implícito do tempo, for inferior ao salário de mercado. Em caso contrário, prefere permanecer na inatividade. Uma vez selecionado um número positivo de horas para ofertar ao mercado, a condição de primeira ordem para uma restrição requer que bens e horas de trabalho sejam escolhidos tal que a taxa marginal de substituição de horas trabalhadas seja igual ao salário real.

Muitos são os problemas com este modelo teórico. Em primeiro lugar, não há uma escolha livre de horas trabalhadas, especialmente no caso de assalariados, onde a jornada é muitas vezes definida por legislação trabalhista ou normas empresariais. Em segundo lugar, as decisões dos indivíduos no mercado de trabalho não estão apenas associadas à contraposição entre salário de reserva e salário de mercado, existem outras vantagens não-pecuniárias e, mesmo pecuniárias, que afetam a participação ou não no

² O conceito de oferta de trabalho vem do arcabouço teórico de economia do trabalho. Para maiores detalhes, ver Ehrenberg e Smith (1995).

mercado de trabalho. Não há uma única taxa de salário, como pressupõe o mercado competitivo, mas um amplo leque de remunerações vinculadas ao perfil dos setores e/ou das ocupações. Além disso, a heterogeneidade presente na composição da força de trabalho gera respostas diferenciadas às ofertas de postos de trabalho. Por fim e, sobretudo, em especial para a mão-de-obra menos qualificada, a forma de inserção é muito mais por falta de oportunidades do que por escolha.

Rissman (2003) analisa a relação entre desemprego e auto-ocupação, justifica a entrada na atividade econômica como trabalhador por conta-própria, que pode ser estendida à condição de um trabalhador subocupado: um trabalhador pode escolher essa condição para complementar a renda familiar até que haja oportunidades em postos de melhor qualidade. Deste modo, a subocupação pode ser entendida como uma alternativa “*second best*”.

Mortensen (1970), em seu modelo de busca por trabalho sob incerteza, afirma que procurar emprego é algo custoso e o resultado é incerto. No caso brasileiro, esta situação é ainda mais difícil, posto que a cobertura do seguro-desemprego é baixa. Apenas assalariados com carteira de trabalho e com determinado período de experiência têm acesso ao benefício. Assim, podemos interpretar que o indivíduo, enquanto procura ou aguarda a oportunidade, envolve-se em atividades onde a jornada de trabalho é menor para até mesmo poder manter o processo de busca. Certamente, muitos desses poderão se tornar desencorajados, uma vez que a oportunidade não se realiza em um longo período de tempo.

Ademais, a experiência brasileira é de um mercado de trabalho bastante segmentado. Sem considerar a complexidade dos arranjos e relações econômicas, basicamente, podemos classificar em três estruturas: uma mais formalizada com emprego de tecnologia mais avançada, onde são mais nítidas características de mercados internos de trabalho; a segunda compreenderia empresas registradas com emprego de mão-de-obra assalariada atuando em mercados mais concorrenciais e, por fim, um expressivo contingente da força de trabalho, cerca de 50% dos ocupados que se inserem no mercado de trabalho informal, como assalariados sem carteira e trabalhadores por conta-própria. Certamente, aqueles que se declaram com disponibilidade para trabalhar mais horas se encontram neste terceiro segmento.

3. Base de dados

A base de dados é a Pesquisa Mensal de Emprego (PME) para todas as regiões metropolitanas que compõem a pesquisa, somente nos meses de setembro de 2002 a 2006.

Embora a PME apresente o formato de painel rotativo, em que cada domicílio é entrevistado quatro vezes, saindo oito meses da amostra e retornando mais quatro para então sair definitivamente, utilizamos a informação cross-section do mês de setembro de cada ano.

Vale destacar que o objetivo do artigo é traçar um retrato dos trabalhadores subocupados por horas de trabalho, e não analisar as variações sazonais das horas de trabalho desejadas, por isso a escolha de um mês específico da PME.

O mês de setembro foi selecionado por ser o mês de referência da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. Sendo a amostra da PME composta por um painel rotativo, quando analisamos um mês específico, minimizamos a superposição das informações dos mesmos domicílios, ou seja, acumulamos menos informações repetidas.³ Como pode ser visto no Anexo, mesmo quando limitamos a análise para o mês de setembro, garantimos uma boa representatividade amostral, pois os coeficientes de variação calculados para cada uma das tabelas apresentadas situam-se quase sempre abaixo de 10%.⁴

A amostra é composta por indivíduos ocupados com idade igual ou superior a 10 anos, que não são pensionistas, empregados domésticos ou parentes de empregados domésticos no domicílio e que apresentam rendimento no trabalho principal.

Os indivíduos foram separados por região metropolitana conforme o seu desejo de trabalhar mais horas. Este é captado pela pergunta da PME: “ - ... gostaria de trabalhar além do número de horas que efetivamente trabalhou na semana de ../../.. a ../../.. (semana de referência)?” Em nossa análise, se o indivíduo responde sim significa que deseja trabalhar mais horas, sendo classificado na nossa análise como subocupado por insuficiência de horas (ver Tabela 1).

³ A sobreposição amostral é importante para a análise conjuntural do mercado de trabalho, mas como a nossa preocupação é com a estrutura de um dos aspectos da subocupação por horas de trabalho, consideramos que não necessitamos da informação de todos os meses.

⁴ Algumas exceções aparecem nas tabelas 13.A e 17.A.

Tabela 1 - Amostra dos que se declararam satisfeitos e não satisfeitos com a jornada de trabalho por região metropolitana, setembro de cada ano - 2002 a 2006

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4.296	4.765	7.274	7.014	8.743	5.735	37.827
2003	4.710	4.634	7.078	6.891	8.936	5.748	37.997
2004	4.820	4.502	7.441	7.527	9.111	5.786	39.187
2005	4.737	4.673	7.617	7.398	9.416	6.140	39.981
2006	4.614	4.574	7.846	7.716	9.567	6.752	41.069
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	665	369	753	452	435	647	3.321
2003	598	380	879	757	775	610	3.999
2004	394	1.018	829	525	598	561	3.925
2005	462	714	785	421	554	476	3.412
2006	862	652	1.386	360	562	393	4.215
total							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4.961	5.134	8.027	7.466	9.178	6.382	41.148
2003	5.308	5.014	7.957	7.648	9.711	6.358	41.996
2004	5.214	5.520	8.270	8.052	9.709	6.347	43.112
2005	5.199	5.387	8.402	7.819	9.970	6.616	43.393
2006	5.476	5.226	9.232	8.076	10.129	7.145	45.284

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Os atributos pessoais selecionados são: sexo (homem=1), declaração de cor (branco=1), média de anos de estudo⁵, média de idade e se era chefe do domicílio. No que tange às características de inserção no mercado de trabalho, além do rendimento habitual hora médio e jornada média habitual mensal, são consideradas outras variáveis. Selecionamos aquelas que descrevem a demanda por habilidades individuais e do setor - formal ou informal – onde a ocupação se insere. A variável de “habilidades” é construída através do grupo ocupacional do indivíduo, agregando-os por demanda de qualificação em: superior (=1), média (=2) e manual (=3).

O setor informal é formado pelas seguintes posições na ocupação: empregados sem carteira assinada, trabalhadores por conta-própria (excluindo profissionais liberais) e empregadores com até cinco empregados. Os demais (assalariados com carteira, profissionais liberais, empregadores, funcionários públicos e militares) constituem o setor formal do mercado de trabalho.

⁵ Algoritmo variando de 0 a 15 anos de estudo.

4. Análise do mercado de trabalho regional

O mercado de trabalho regional no Brasil é bastante distinto.⁶ As regiões metropolitanas nordestinas, como Salvador e Recife, embora tenham recebido aportes de recursos que reforçaram investimentos industriais expressivos, perderam muito com o processo de reconcentração no Sudeste/Sul, nos últimos anos, particularmente, Recife. A alternativa para geração de empregos é, em grande medida, o setor de serviços, especialmente voltado para o turismo.

Por outro lado, Belo Horizonte se integrou ainda mais ao eixo dinâmico da economia brasileira, dada a transferência de atividades da metrópole paulista. A metrópole carioca sofreu com a estagnação econômica haja visto o declínio da indústria naval e siderúrgica, mas, por outro lado, beneficiou-se com o transbordamento de recursos advindos do crescimento da indústria petroleira no estado.

A região metropolitana de Porto Alegre, por sua vez, extrapola a perspectiva regional para a nacional e, quiçá, latinoamericana, em virtude do processo de reestruturação consolidado pelo Mercosul.

Dado este quadro regional, os principais indicadores de trabalho se diferenciam em nível e evolução. Segundo a Tabela 2, a taxa de desemprego é maior em quase todos os anos na região metropolitana de Salvador, acima de 15%. Apenas no ano de 2006, a taxa de desemprego de Recife ultrapassa a de Salvador, chegando a 14,5%. No Rio de Janeiro e em Porto Alegre, esta taxa se mantém em níveis mais baixos inferiores a 10%.

Tabela 2 - Evolução da taxa de desemprego aberto por RM (%)

	Recife	Salv	BH	RJ	SP	POA
2002	12,50	15,00	10,58	10,05	12,72	8,75
2003	13,77	16,68	10,83	9,19	14,08	9,46
2004	12,68	16,03	10,63	9,03	12,63	8,64
2005	13,01	15,58	9,15	7,78	10,65	7,50
2006	14,50	13,57	8,56	7,97	10,64	8,05

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, médias anuais de 2002 a 2006.

⁶ Existem vários artigos que analisam o mercado de trabalho regional, nesta seção enfatizamos apenas algumas características gerais de forma a melhor contextualizar a nossa análise. Para maiores detalhes, consultar, por exemplo: Siqueira e Falvo (2007), Ramos (2007), Sabóia (2001), Januzzi e Soares (2006) e Kubrusky e Sabóia (2006), dentre outros.

A evolução ao longo do período não segue um comportamento monotônico decrescente ou crescente. Em determinado ano, cai a taxa de desemprego de um região enquanto em outra permanece estável ou sobe. Desse modo, a evolução da taxa de desemprego parece refletir muito mais um desempenho da economia local do que nacional. Em linhas gerais, podemos afirmar que o ano de 2003 parece ter sido o mais desfavorável. Na passagem de 2002 para 2003, em todas as regiões metropolitanas, com exceção do Rio de Janeiro, há aumento da taxa de desemprego. O nível da taxa de desemprego neste ano é o mais alto do período de 2002 a 2006 nas regiões de Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Porto Alegre.

No que tange à taxa de inatividade (Tabela 3), verifica-se que a de Recife é a mais alta, em torno de 24%. Provavelmente, parte dessa inatividade se deva ao desalento do trabalhador que, diante de condições adversas para a obtenção de um posto de trabalho, prefira ficar um período maior sem buscar uma ocupação. Como ele não procura efetivamente por uma ocupação, não é classificado como desempregado na semana de referência, conforme a definição da estatística da taxa de desemprego acima reportada (Tabela 2).

Tabela 3 - Evolução da taxa de inatividade por RM (%)

	Recife	Salv	BH	RJ	SP	POA
2002	24.71	22.13	22.74	23.24	22.09	22.75
2003	23.44	21.80	22.29	22.96	20.73	22.44
2004	24.24	21.52	22.12	22.82	21.36	22.56
2005	23.88	21.48	22.57	23.32	21.83	22.43
2006	23.63	21.98	21.87	23.19	21.34	22.47

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, 2002 a 2006.

Salvador e São Paulo apresentam as menores taxas de inatividade (de 21% a 22%, aproximadamente), ainda que não se diferenciem em muito das demais. Da mesma forma que no caso da taxa de desemprego, a evolução deste indicador não descreve um comportamento conjuntural tão claro. Porto Alegre, no entanto, chama atenção pela maior estabilidade do nível ao longo do período, cerca de 22%.

A Tabela 4 mostra que existe uma forte relação entre a proporção de ocupados no setor informal e o menor dinamismo do mercado de trabalho. Isto se evidencia para as regiões metropolitanas de Recife e Salvador, cujo menor dinamismo da atividade econômica se reflete em porcentagens mais elevadas de trabalhadores ocupados no setor informal (de 49% a 52%, aproximadamente). Rio de Janeiro se encontra em um patamar

intermediário e as três outras metrópoles apresentam taxas semelhantes, sendo que Porto Alegre tem a menor de todas (43%, em 2002, e 41%, em 2006).

Tabela 4 - Evolução da proporção de informais por região metropolitana (%)

	Recife	Salv	BH	RJ	SP	POA
2002	52.69	50.39	44.35	47.27	43.36	43.37
2003	55.44	49.48	46.11	48.08	46.53	44.23
2004	53.01	52.57	45.48	48.67	47.19	43.22
2005	51.39	51.72	44.57	48.18	44.91	42.41
2006	53.05	49.35	45.05	47.82	43.79	41.46

Fonte: Elaboração própria a partir da PME/IBGE, 2002 a 2006

Com relação à carga de trabalho das pessoas ocupadas, existem duas formas de mensuração: a jornada de trabalho média mensal habitual e a efetiva. A primeira capta as horas habitualmente trabalhadas, não incorporando horas extras ou momentos de folga. Estes últimos aspectos são contemplados pela mensuração da jornada de trabalho efetiva, que corresponde a uma medida mais corrente do total de horas gastas no exercício profissional. Para a análise da subocupação por horas de trabalho, um indivíduo está subocupado se deseja e tem disponibilidade para trabalhar mais horas que as horas que efetivamente trabalha naquele momento. Neste artigo, conforme já mencionado, abordamos um destes aspectos, que é a vontade de trabalhar horas adicionais às horas efetivamente trabalhadas.

A jornada de trabalho média efetiva no mês é maior em São Paulo para os anos de 2003 e 2005. Nos anos de 2002 e 2006, os trabalhadores de Recife trabalhavam efetivamente mais em média. No ano de 2004, por sua vez, a jornada de trabalho média mensal efetiva foi maior no Rio de Janeiro. Este indicador foi mais baixo em Belo Horizonte e em Porto Alegre (Tabela 5).

Tabela 5 - Média da jornada de trabalho efetiva mensal (horas mês) por região metropolitana

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	185.17	178.26	176.09	182.65	184.20	176.96
2003	178.20	175.12	172.94	181.01	182.70	176.65
2004	178.26	176.77	168.84	179.88	177.71	168.40
2005	178.40	175.01	169.69	180.29	180.67	169.47
2006	181.60	170.03	167.82	178.31	176.47	167.12

Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

No período, verificamos redução da jornada de trabalho média efetiva mensal em todas as metrópoles. No ano de 2005, em virtude de uma tímida recuperação econômica, houve um aumento pequeno, somente não ocorrido nas regiões de Salvador e Recife. Em Salvador, a jornada de trabalho média efetiva mensal caiu de 176,77 horas, em 2004, para 175 horas, em 2005.

Com relação à evolução da jornada de trabalho média habitual mensal, observamos que, nas seis regiões metropolitanas, também houve redução entre os anos de 2002 e 2006. De 2004 para 2005, a jornada de trabalho média mensal habitual apenas aumentou em Recife e em São Paulo.

Com exceção dos anos de 2002 e 2006, a jornada de trabalho média habitual mensal sempre foi ligeiramente maior em São Paulo ou Rio de Janeiro. O tempo médio habitual de trabalho mensal é muito próximo entre as áreas metropolitanas ao longo dos cinco anos. Recife é a região que apresenta um valor mais alto tanto no início da série como no final.

Tabela 6 - Média da jornada de trabalho habitual mensal (horas mês) por região metropolitana

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	188.95	179.58	179.98	184.08	185.75	183.89
2003	180.05	176.36	177.37	183.68	185.45	181.78
2004	180.08	179.55	176.67	184.63	184.61	182.96
2005	181.24	178.07	176.54	183.06	185.53	182.25
2006	186.04	174.92	178.55	182.75	183.76	180.72

Fonte: Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

Quanto ao rendimento hora médio (Tabela 7), conforme já observado na literatura, São Paulo é a região que oferece os melhores rendimentos do trabalho. Por outro lado, trabalhadores de Recife e Salvador possuem os rendimentos mais baixos, sem considerar o custo de vida local. Porto Alegre e Rio de Janeiro alternam-se na segunda posição.

A análise do mercado regional de trabalho, no período, mostra que em Recife, quando ocupado, o indivíduo trabalha mais, em maior proporção no setor informal, e ganha menos em média. Salvador e São Paulo chamam atenção pela elevada taxa de desemprego e, particularmente, São Paulo, pela remuneração mais alta. Belo Horizonte, pela menor jornada efetiva.

Tabela 7 - Rendimento hora nominal por região metropolitana (R\$)

	Recife	Salvador	BH	RJ	SP	POA
2002	3.34	3.50	3.97	4.93	5.27	4.58
2003	3.45	3.94	4.26	5.02	5.34	4.77
2004	3.68	4.13	5.19	5.28	5.96	5.44
2005	4.29	4.36	5.37	5.54	6.30	5.76
2006	4.20	4.80	5.97	5.95	6.62	6.13

Fonte:Elaboração própria a partir da PME, 2002 a 2006

5 - Características gerais das pessoas que desejam trabalhar horas adicionais⁷

5.1. Total

A tabela 8 mostra os totais de pessoas ocupadas nas regiões metropolitanas que gostariam e que não gostariam de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas no mês de setembro de cada ano. No total das seis regiões metropolitanas, há 1,5 milhão de pessoas que estariam dispostas a aumentar a sua carga de trabalho efetiva. Esse total diferencia-se por região metropolitana e por ano.

Com relação à evolução do total de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, observa-se que houve um aumento de 40% de 2002 para 2003. Este número, contudo, caiu nos dois anos seguintes, voltando a subir em 2006.

Tabela 8 - Total de pessoas ocupadas por desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1.032.351	1.179.181	1.687.616	4.315.621	7.110.801	1.420.207	16.745.778
2003	1.124.793	1.171.482	1.746.829	4.339.350	7.246.481	1.467.893	17.096.828
2004	1.185.911	1.109.670	1.843.726	4.667.288	7.649.659	1.521.670	17.977.922
2005	1.166.516	1.219.884	1.906.975	4.747.697	7.975.554	1.593.506	18.610.132
2006	1.135.337	1.239.680	1.918.187	4.895.654	8.185.562	1.672.966	19.047.385
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	159.957	91.398	175.557	285.197	345.225	156.537	1.213.871
2003	142.477	94.628	216.623	471.494	625.561	152.624	1.703.407
2004	94.687	248.598	203.958	320.527	511.035	148.836	1.527.641
2005	109.050	183.111	198.601	262.678	461.161	120.716	1.335.316
2006	208.205	172.423	333.004	224.420	488.710	94.750	1.521.512

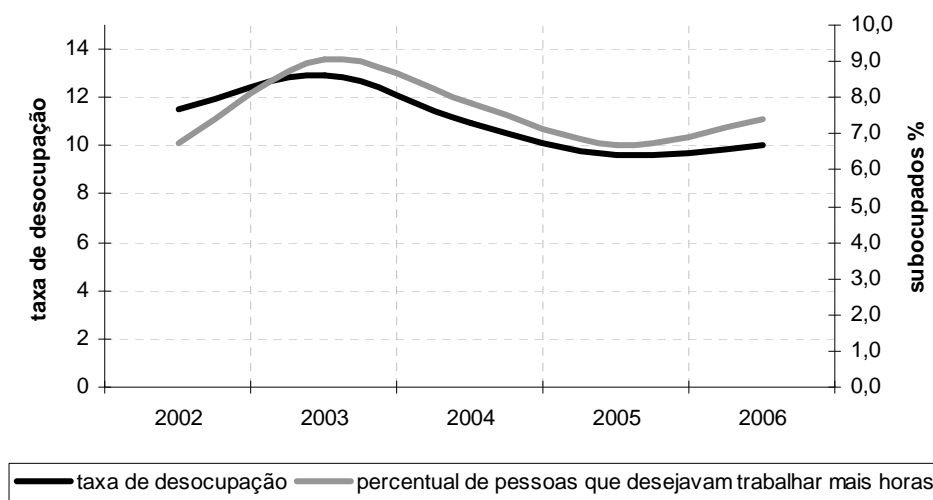
Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

⁷ Todas as tabelas apresentadas nesta seção utilizam os pesos amostrais. Para todas, os coeficientes de variação foram calculados com base no desenho amostral da Pesquisa. As tabelas dos coeficientes de variação encontram-se no Anexo.

Em termos de percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, conforme pode ser visto no gráfico 1, em 2002, 6,8% das pessoas ocupadas no total das seis regiões metropolitanas desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas. Esse percentual aumenta para 9,1% no ano de 2003 para depois decrescer continuamente até 2005. Em 2006, 7,4% das pessoas ocupadas gostariam de trabalhar mais horas.

É interessante notar que a tendência da porcentagem de pessoas subocupadas é similar a da taxa de desemprego. No ano de 2003, a taxa de desemprego aberto atinge o valor de 12,9%, o mais alto da série analisada. Uma possível explicação é que, dado o baixo dinamismo do mercado de trabalho, expresso pelas oscilações na taxa de desocupação, as pessoas podem aceitar ficar ocupadas em um posto de trabalho não condizente com sua qualificação. A insatisfação no trabalho pode estar se refletindo exatamente no desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas.

Gráfico 1: Taxa de desocupação e percentual de subocupados no mês de setembro de cada ano



Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME.

Em setembro de 2002, o percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas era mais alto em Recife: 13,4% das pessoas ocupadas nesta região desejavam trabalhar mais horas. Na Região Metropolitana de São Paulo, este percentual era apenas de 4,6%. Neste ano, conforme já demonstrado na seção anterior, Recife foi a região com a maior jornada de trabalho média mensal tanto habitual quanto efetiva (Ver tabela 9).

No mesmo mês do ano seguinte, Recife continuou sendo a região cujo percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas foi maior (11,2%). O percentual foi mais baixo na região de Salvador (7,5%), seguido de São Paulo (7,9%).

Tabela 9 - Percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	13,4%	7,2%	9,4%	6,2%	4,6%	9,9%	6,8%
2003	11,2%	7,5%	11,0%	9,8%	7,9%	9,4%	9,1%
2004	7,4%	18,3%	10,0%	6,4%	6,3%	8,9%	7,8%
2005	8,5%	13,1%	9,4%	5,2%	5,5%	7,0%	6,7%
2006	15,5%	12,2%	14,8%	4,4%	5,6%	5,4%	7,4%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Em setembro de 2004 e 2005, na região metropolitana de Salvador encontra-se o maior percentual de pessoas que desejavam trabalhar mais horas (18,3% e 13,1%, respectivamente). Nas regiões de São Paulo e Rio de Janeiro, por sua vez, são registrados os menores percentuais nos dois anos.

Em setembro de 2006, estas duas regiões permanecem sendo uma das que registram os menores percentuais de pessoas que desejam trabalhar mais horas. Por outro lado, Recife apresenta o maior percentual de pessoas nesta situação, 15,5%.

Este total de pessoas desejosas de aumentar a carga de trabalho em Recife é um indicativo de condições de trabalho não satisfatórias. Conforme já visto na seção anterior, as pessoas ocupadas em Recife possuem rendimentos mais baixos e se inserem principalmente de forma informal no mercado de trabalho.

Como a jornada de trabalho média em Recife não é tão mais baixa quanto nas demais regiões (e, em alguns momentos, foi mais alta), o desejo de trabalhar mais horas pode estar mais associado ao fato das pessoas ocupadas estarem ganhando menos do que ao fato de estarem inseridas em ocupações com jornadas inferiores, como em tempo parcial.

5.2. Composição do domicílio

Com relação à composição dos domicílios, não existem grandes diferenças entre o grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas e que não desejavam trabalhar mais horas. Na maior parte das regiões metropolitanas, a proporção de pessoas

que era chefe do domicílio era ligeiramente menor no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas.⁸

Tabela 11 - Número médio de moradores no domicílio da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,18	3,96	4,05	3,72	3,84	3,71	3,85
2003	4,20	3,92	4,07	3,58	3,81	3,67	3,80
2004	4,08	4,02	4,04	3,60	3,74	3,59	3,76
2005	4,13	4,02	3,96	3,57	3,72	3,56	3,74
2006	4,07	3,91	4,00	3,55	3,69	3,51	3,71
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,43	4,25	4,06	3,71	4,06	3,76	4,00
2003	4,05	3,95	4,08	3,53	4,08	3,53	3,87
2004	4,19	4,16	4,09	3,61	3,80	3,78	3,88
2005	4,44	4,27	4,04	3,67	3,60	3,71	3,85
2006	4,20	3,94	3,91	3,59	3,69	3,73	3,82

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Como pode ser visto na tabela 10, em Recife, em todos anos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas há mais chefes de domicílio do que no grupo dos satisfeitos com a jornada de trabalho. Em Salvador, isto também ocorre, com exceção do último ano analisado. Em 2006, nesta região, 46,6% dos trabalhadores ocupados que não desejavam trabalhar mais horas eram chefes de domicílio, enquanto que esta proporção era de 47,5% entre os que desejavam trabalhar mais horas.

Nas outras regiões, as porcentagens variam muito de um ano para outro. A principal diferença está em Porto Alegre, onde os chefes predominam mais no grupo de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas.

Como pode ser visto na tabela 11, o número médio de pessoas moradoras do domicílio está em torno de 3 e 4, aproximadamente. Pessoas que desejam trabalhar mais horas normalmente estão inseridas em domicílios com maior número médio de moradores. Como esperado, nas regiões mais pobres, Recife e Salvador, o número médio de moradores é maior que nas demais regiões. Porto Alegre tem o menor número médio de moradores no domicílio.

⁸ Destacamos que para o total de pessoas, em todas as regiões metropolitanas analisadas, os chefes de domicílio representam em média 33%. Não existem grandes diferenças regionais, conforme PME 2002 a 2006.

Tabela 11 - Número médio de moradores no domicílio da pessoa ocupada região metropolitana, setembro de cada ano por

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,18	3,96	4,05	3,72	3,84	3,71	3,85
2003	4,20	3,92	4,07	3,58	3,81	3,67	3,80
2004	4,08	4,02	4,04	3,60	3,74	3,59	3,76
2005	4,13	4,02	3,96	3,57	3,72	3,56	3,74
2006	4,07	3,91	4,00	3,55	3,69	3,51	3,71
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,43	4,25	4,06	3,71	4,06	3,76	4,00
2003	4,05	3,95	4,08	3,53	4,08	3,53	3,87
2004	4,19	4,16	4,09	3,61	3,80	3,78	3,88
2005	4,44	4,27	4,04	3,67	3,60	3,71	3,85
2006	4,20	3,94	3,91	3,59	3,69	3,73	3,82

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

5.3. Características individuais

A tabela 12 mostra que a proporção de homens no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas é menor que no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. Este resultado ocorre em todos os períodos e para todas as regiões metropolitanas. Isto indica que as mulheres, por estarem normalmente inseridas em ocupações com jornadas de trabalho menores e rendimentos inferiores, estão insatisfeitas com o trabalho. Há mais mulheres no grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas do que no grupo que não desejava ter jornadas mais extensas.

Tabela 12 - Percentual de homens por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	58,8%	55,7%	55,9%	58,5%	57,8%	57,9%	57,7%
2003	58,0%	56,8%	57,2%	57,6%	57,2%	57,2%	57,3%
2004	57,4%	55,9%	56,8%	57,8%	56,9%	55,4%	56,9%
2005	58,4%	55,3%	56,3%	57,7%	56,6%	55,7%	56,8%
2006	57,9%	54,4%	55,3%	57,2%	56,5%	55,2%	56,4%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	55,5%	50,1%	52,7%	52,8%	53,8%	55,3%	53,6%
2003	55,8%	51,3%	49,0%	56,4%	55,3%	53,3%	54,5%
2004	50,8%	49,4%	50,7%	51,2%	46,5%	56,0%	49,7%
2005	52,1%	49,8%	51,8%	51,9%	50,3%	54,6%	51,3%
2006	52,7%	49,2%	50,3%	49,0%	47,2%	44,9%	49,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

No mês de setembro de 2006, em Recife, 58% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas eram do sexo masculino. Dentre as pessoas que desejavam expandir a jornada de trabalho, esta proporção caía cinco pontos percentuais. Em Porto

Alegre, os homens eram 55% das pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho e apenas 45% das que gostariam de aumentar a carga horária de trabalho.

Com relação à cor auto-declarada da pessoa, conforme esperado, existem dois extremos: Salvador e Porto Alegre.

Em Salvador, o percentual de pessoas de cor branca, segundo dados da PME de 2002 a 2006, é sempre inferior a 16%. Enquanto em Porto Alegre, estes valores sempre são superiores a 86% em todos os anos. Desta forma, quando analisamos o perfil dos trabalhadores que desejam e que não desejam trabalhar mais horas esta característica regional impacta de forma expressiva nos resultados.

Como pode ser visto na tabela 13, em Salvador, o percentual de pessoas brancas nos dois grupos (os que desejavam trabalhar mais horas tanto quanto os que não desejavam trabalhar horas adicionais) é sempre inferior a 20% em todos os anos analisados. Neste caso, o que é importante destacar é que para todos os anos, com exceção de 2002, os brancos moradores de Salvador estão em menor número no grupo de pessoas que desejavam ampliar a jornada de trabalho. Em 2006, por exemplo, 14,2% das pessoas que gostariam de trabalhar mais horas, eram brancas em Salvador.

Este resultado ocorre em todas demais regiões. Em Porto Alegre, para todos os anos analisados, o percentual de pessoas brancas no grupo dos trabalhadores que desejavam trabalhar mais horas era sempre superior ao do grupo que não desejava ampliar a jornada. Estes percentuais, de acordo com a característica regional de Porto Alegre, são sempre superiores a 80% (Ver tabela 13).

Tabela 13 - Percentual de pessoas brancas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	30,4%	15,9%	47,0%	52,1%	71,0%	89,0%	58,8%
2003	32,3%	15,5%	46,6%	58,5%	69,9%	89,3%	60,1%
2004	32,6%	17,4%	46,1%	55,9%	67,6%	88,8%	58,7%
2005	33,8%	18,8%	46,2%	53,3%	65,6%	89,6%	57,5%
2006	37,8%	18,7%	44,3%	55,6%	67,3%	87,7%	58,9%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	27,1%	17,0%	43,1%	53,5%	63,0%	84,3%	52,4%
2003	31,6%	13,9%	43,4%	54,6%	62,9%	86,0%	54,8%
2004	27,9%	13,4%	35,9%	48,2%	62,9%	82,6%	47,9%
2005	25,7%	12,0%	38,5%	46,4%	61,1%	86,2%	47,5%
2006	32,2%	14,2%	41,9%	53,6%	60,1%	83,7%	47,6%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Para todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, a proporção de pessoas brancas é maior no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar

mais horas. Nas regiões de Recife e São Paulo, esses dois grupos se diferenciam mais com relação à proporção de pessoas brancas.

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a média dos anos de estudos é mais baixa que entre as pessoas que não desejavam trabalhar mais (Ver tabela 14). Este resultado apenas confirma que as pessoas com maior nível de escolaridade conseguem compatibilizar o posto de trabalho com seu perfil. Pessoas com menor escolaridade têm maiores dificuldades em se inserir no mercado de trabalho da forma como querem. O leque de oportunidades ocupacionais para este grupo de pessoas é bem mais restrito. Desta forma, a insatisfação com a ocupação parece ser mais expressiva dentre os menos educados.

Em termos regionais, vale destacar que o Rio de Janeiro apresentou a maior média de escolaridade, em todos os anos analisados, para os ocupados que desejavam trabalhar mais horas. O inverso ocorreu com São Paulo, onde o grupo de pessoas ocupadas que não desejavam trabalhar mais horas tinha uma média de escolaridade mais alta que todas as demais regiões.

Tabela 14 - Número médio de anos de estudos completos da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	8,04	8,34	8,22	8,56	8,60	8,31	8,47
2003	8,26	8,51	8,23	8,65	8,72	8,49	8,59
2004	8,53	8,71	8,41	8,74	8,87	8,59	8,73
2005	8,66	8,84	8,57	8,86	8,99	8,75	8,86
2006	8,62	9,03	8,75	8,93	9,09	8,87	8,97
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	7,13	7,79	7,51	8,06	7,10	7,39	7,48
2003	7,81	7,93	7,64	8,25	7,20	7,37	7,65
2004	7,33	7,90	7,42	8,12	7,81	7,54	7,78
2005	7,56	7,80	7,75	8,47	8,16	7,21	7,97
2006	7,41	8,23	7,92	8,57	7,80	7,89	7,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

A tabela 15 mostra a idade média das pessoas para cada grupo. A idade média das pessoas que desejavam trabalhar mais horas é mais baixa do que das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. No grupo de pessoas mais insatisfeitas com a jornada de trabalho exercida estão os mais jovens, que normalmente se inserem em ocupações informais e de menores rendimentos. Por outro lado, os mais jovens podem estar no início de carreira, portanto, com uma maior probabilidade de não terem

encontrado ainda a ocupação desejada, estando mais predispostos a aceitarem ocupações com uma maior jornada de trabalho.

Em algumas regiões metropolitanas, a diferença entre os dois grupos (desejosos de trabalhar mais horas e não desejosos de trabalhar mais horas) está entre 5 e 6%. No Rio de Janeiro, em setembro de 2006, a idade média das pessoas que gostariam de trabalhar mais horas era de 37,08 anos, 6% inferior a idade média das que não gostariam de trabalhar mais horas. Essas diferenças são menores na Região Metropolitana de São Paulo: em todos os períodos analisados, ficou abaixo de 2%.

Tabela 15 - Idade média das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	36,48	35,95	35,42	37,96	35,87	36,49	36,46
2003	36,52	35,87	36,06	38,34	36,25	36,90	36,81
2004	37,08	36,29	36,19	39,12	36,51	37,17	37,23
2005	37,35	36,44	36,43	39,21	36,77	36,84	37,38
2006	37,32	36,90	36,58	39,30	36,74	37,03	37,45
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	34,48	35,32	35,05	38,68	35,98	36,08	36,25
2003	35,13	35,62	34,99	38,78	35,88	37,37	36,63
2004	35,87	34,60	35,65	37,01	35,73	36,18	35,86
2005	35,67	34,64	35,42	37,57	36,24	36,96	36,18
2006	35,82	35,74	35,69	37,08	36,88	36,63	36,36

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

5.4. Características da ocupação

O percentual de pessoas que desejam trabalhar mais horas está inteiramente relacionado com o total de horas efetivamente trabalhadas.

A tabela 16 mostra que em todas as regiões metropolitanas analisadas, as pessoas que desejam trabalhar mais horas durante a semana são as que efetivamente têm uma jornada média mensal inferior.

Na Região Metropolitana de Recife, por exemplo, em setembro de 2004, as pessoas que não queriam aumentar a jornada de trabalho semanal, trabalhavam, em média, no mês, 182,99 horas. As que gostariam de trabalhar mais horas, tinham jornada média mensal de 119 horas, aproximadamente, 35% mais baixa.

Nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e São Paulo, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas, em setembro de 2006, trabalhavam 116 a 117 horas, em média no mês. Enquanto em Porto Alegre, as pessoas que não queriam trabalhar mais

tinham jornada média mensal de 170,4 horas (a mais baixa dentre as regiões), em São Paulo, esta jornada era de 180 horas.

As menores diferenças, em termos de jornada média mensal de trabalho, estão na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Como pode ser visto no gráfico 4, em setembro de 2002, das pessoas que não queriam trabalhar mais, a jornada mensal média era de 186,04 horas. Para as que gostariam de trabalhar mais horas, este valor era de 130 horas. Essas diferenças eram menores nos meses de setembro dos anos de 2003, 2004 e 2005.

Tabela 16 - Jornada média mensal das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	191,17	182,24	181,14	185,96	186,64	182,10	185,50
2003	184,36	179,11	178,29	184,54	186,88	181,67	184,27
2004	182,99	185,01	174,58	182,23	181,34	172,22	180,44
2005	183,64	181,66	174,39	182,23	183,78	172,84	181,34
2006	190,39	175,44	175,39	180,38	180,12	170,37	179,16
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	142,75	128,51	128,14	131,89	130,85	128,69	131,82
2003	128,51	126,90	128,34	144,94	136,51	129,33	135,96
2004	118,87	140,37	116,07	143,24	127,19	127,66	130,74
2005	119,51	130,11	123,05	143,89	128,86	122,98	129,83
2006	134,37	130,85	124,41	132,42	117,76	116,13	125,03

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 17 - Percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas por região metropolitana, setembro de cada ano

jornada de trabalho inferior às 40 horas semanais							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	55,2%	61,2%	58,6%	61,3%	58,6%	60,1%	58,9%
2003	64,9%	64,5%	62,8%	50,9%	56,8%	64,3%	60,1%
2004	75,6%	53,7%	70,8%	59,4%	65,4%	66,5%	63,9%
2005	70,6%	59,7%	64,8%	51,5%	60,8%	68,3%	62,7%
2006	63,9%	60,6%	64,1%	61,9%	70,5%	74,3%	65,1%
jornada de trabalho inferior às 44 horas semanais							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	72,6%	81,8%	78,8%	79,4%	79,3%	75,4%	77,4%
2003	81,8%	80,3%	79,5%	71,9%	74,8%	78,4%	77,4%
2004	87,3%	73,8%	83,8%	74,3%	80,3%	80,2%	79,2%
2005	82,5%	78,7%	80,5%	68,6%	78,9%	80,5%	78,7%
2006	76,3%	77,3%	79,9%	80,0%	84,9%	84,5%	79,9%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

De acordo com a tabela 17, grande parte dos trabalhadores ocupados que desejavam ter uma jornada de trabalho maior que a efetiva estavam com uma jornada de trabalho inferior à legalmente estabelecida (44 horas). Em todas as regiões

metropolitanas, quase sempre, mais de 70% e 60% tinham jornada de trabalho efetiva inferior as 44 e 40 horas semanais, respectivamente⁹

Com relação aos rendimentos hora mensais (em logaritmo), na maioria das vezes, as pessoas que desejavam trabalhar mais horas de trabalho eram também as que ganhavam menos em relação às pessoas que não desejavam trabalhar mais horas. As exceções ocorreram em Belo Horizonte em setembro de 2002 e 2005, no Rio de Janeiro, em setembro de 2002 e 2003 e em Porto Alegre, em setembro de 2003. (Vide tabela 18)

Tabela 18 - Rendimento médio mensal por hora das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (em R\$)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,49	3,58	4,09	4,95	5,58	4,80	4,93
2003	3,65	4,13	4,41	5,08	5,53	4,97	5,04
2004	4,03	4,58	5,42	5,51	6,15	5,80	5,64
2005	4,81	4,92	5,39	5,77	6,44	6,07	5,93
2006	4,59	5,37	6,30	6,14	6,80	6,39	6,32
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,19	2,58	4,40	5,98	4,09	4,51	4,40
2003	3,42	3,88	4,27	5,30	4,81	5,59	4,78
2004	2,77	2,96	4,26	4,51	4,95	5,42	4,35
2005	3,51	3,44	6,56	5,16	6,34	4,75	5,36
2006	3,80	4,06	6,01	5,86	6,67	5,50	5,64

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais, a proporção que contribuía para previdência é bem inferior quando comparada com o grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas (Ver tabela 19). Em setembro de 2006, na Região Metropolitana de Recife, 56% das pessoas que não desejavam trabalhar mais horas contribuía para previdência. Este percentual era de 27% no grupo de pessoas que gostariam de aumentar a jornada de trabalho. Em Porto Alegre, essas proporções eram de 70% e 43%, respectivamente.

No tocante ao tempo de trabalho, em todas as regiões metropolitanas e em todos os períodos analisados, no grupo de pessoas que não desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação era maior, como pode ser visto na tabela 20. Mais de 60% destas pessoas estavam na ocupação por mais de um ano. Para as

⁹ Optamos por fazer as tabelas para o corte de 40 e 44 horas semanais. Apesar da jornada de trabalho legal no Brasil ser de 44 horas semanais, muitos trabalhadores cumprem a jornada de 40 horas na semana, excluindo as 4 horas do sábado.

pessoas que desejavam ampliar a jornada de trabalho, esta proporção variava de 50% a 60%.

Tabela 19 - Percentual de pessoas que contribuem para previdência por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	55,6%	55,4%	66,2%	63,6%	66,0%	69,0%	64,2%
2003	51,9%	56,9%	63,5%	63,7%	63,8%	67,7%	62,8%
2004	53,4%	55,9%	63,3%	62,5%	63,3%	69,2%	62,5%
2005	56,0%	56,7%	66,1%	62,4%	65,3%	69,0%	63,8%
2006	56,4%	60,2%	67,4%	62,6%	65,7%	70,1%	64,6%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	34,0%	33,7%	41,5%	42,8%	44,2%	46,8%	41,7%
2003	28,3%	34,8%	38,4%	44,4%	38,6%	45,0%	39,7%
2004	20,3%	31,7%	34,5%	40,0%	34,0%	40,8%	34,8%
2005	31,9%	31,8%	42,7%	41,8%	42,2%	41,2%	39,8%
2006	27,5%	34,9%	43,6%	37,4%	36,0%	42,9%	37,0%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Este resultado mostra que as pessoas que estão mais satisfeitas com a carga horária de trabalho têm menos motivos para mudar de ocupação do que as que não estão satisfeitas. No grupo de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, o tempo de permanência na ocupação tende a ser menor tendo em vista que há um desejo de modificar uma característica implícita do posto de trabalho no qual a pessoa está inserida (a jornada).

Como esperado, a grande maioria das pessoas que desejavam trabalhar mais horas estava inserida em ocupações que exigem, em maior medida, habilidades manuais e, portanto, requerem menor nível de escolaridade (Ver tabelas 21 e 22). Enquanto em quase todas as regiões metropolitanas e anos analisados, a proporção de trabalhadores informais que desejavam trabalhar mais horas atingia os 70%, este indicador, para os trabalhadores que não desejavam trabalhar mais horas, na maior parte dos casos, não ultrapassava os 50%. Situação similar ocorria para os trabalhadores com qualificação manual, sempre mais representativos no grupo de pessoas insatisfeitas com a carga horária de trabalho mensal.

Tabela 20 - Percentual de pessoas cujo tempo de trabalho é superior a um ano por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	66,9%	64,1%	63,0%	67,0%	65,4%	63,7%	65,4%
2003	66,3%	66,0%	63,3%	71,9%	66,6%	66,4%	67,5%
2004	69,0%	65,2%	63,0%	70,8%	66,5%	66,4%	67,3%
2005	68,6%	65,9%	63,3%	71,8%	67,3%	66,1%	67,9%
2006	65,6%	67,5%	62,3%	72,3%	65,6%	66,7%	67,2%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	56,0%	57,0%	51,4%	64,9%	49,9%	55,7%	55,7%
2003	62,4%	59,6%	53,0%	65,2%	53,6%	61,2%	58,5%
2004	63,6%	56,7%	53,3%	66,4%	52,1%	56,3%	57,1%
2005	57,6%	56,7%	53,1%	60,0%	57,8%	55,8%	57,2%
2006	57,0%	59,3%	53,8%	63,9%	56,0%	56,7%	57,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 21 - Percentual de pessoas no setor informal por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	49,6%	49,3%	42,1%	45,8%	42,3%	41,5%	44,0%
2003	52,8%	48,1%	43,4%	46,2%	44,3%	42,0%	45,3%
2004	50,4%	48,3%	42,8%	47,1%	45,5%	40,9%	45,7%
2005	49,2%	48,6%	42,3%	47,0%	43,8%	40,8%	44,8%
2006	48,4%	46,6%	41,4%	46,5%	42,1%	40,2%	43,7%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	71,7%	71,0%	65,8%	65,5%	63,2%	61,4%	65,6%
2003	75,4%	69,4%	69,2%	65,1%	69,6%	64,8%	68,3%
2004	82,8%	71,6%	71,1%	70,5%	72,2%	66,8%	71,7%
2005	74,2%	72,8%	66,5%	65,5%	64,7%	65,1%	67,0%
2006	76,3%	69,5%	65,2%	69,5%	70,6%	67,1%	69,7%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 22 - Percentual de pessoas cujo nível de qualificação é manual por região metropolitana, setembro de cada ano

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	31,3%	36,9%	36,8%	33,4%	34,9%	37,0%	34,8%
2003	30,7%	36,6%	37,6%	31,8%	33,6%	37,9%	33,9%
2004	30,9%	36,5%	35,6%	33,0%	34,3%	37,3%	34,3%
2005	32,6%	36,2%	36,9%	32,8%	35,0%	38,1%	34,8%
2006	33,7%	35,7%	36,4%	32,1%	34,1%	37,6%	34,2%
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	33,2%	39,4%	44,2%	39,9%	44,9%	44,1%	41,6%
2003	38,4%	45,6%	42,8%	31,0%	42,4%	46,5%	39,5%
2004	41,9%	46,3%	45,9%	40,7%	46,9%	44,5%	44,8%
2005	42,8%	50,4%	50,1%	40,3%	44,1%	49,6%	45,5%
2006	42,8%	48,9%	44,9%	38,3%	47,5%	49,6%	45,2%

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

6. Considerações finais

A subocupação por insuficiência de horas de trabalho é um fenômeno pouco estudado no caso brasileiro. Um dos aspectos da subocupação por horas de trabalho é o desejo de trabalhar horas adicionais. Assim como sugerido na literatura internacional, as

características da subocupação no Brasil metropolitano sugerem que essa é uma alternativa a busca de emprego concomitante a realização de um trabalho precário, uma vez que o indivíduo precisa aumentar o nível de renda e/ou assegurar ganhos de experiência que possam, futuramente, ampliar sua “empregabilidade”.

Analisando os dados da PME para o caso brasileiro, verificamos que o percentual de pessoas ocupadas insatisfeitas com a jornada de trabalho é de 10%, correspondendo a um total aproximado de 1 milhão de pessoas. No período analisado, houve decréscimo dessa parcela de trabalhadores, após aumento significativo em 2003, o que impediu que a proporção de pessoas que desejavam ter uma jornada de trabalho maior voltasse ao nível de setembro de 2002.

Considerando as questões propostas por este trabalho, podemos, em primeiro lugar, afirmar que existe sim uma diferença regional relativa a este fenômeno. Recife é região metropolitana de maior proporção de pessoas que desejavam trabalhar mais horas, ao passo que São Paulo, a de menor. Em alguns anos, Salvador se apresenta na mesma posição de Recife.

Em segundo lugar, há, sim, uma relação entre insuficiência de horas trabalhadas e insuficiência de renda. As pessoas que desejam trabalhar mais horas são as que apresentam menores jornadas e, nessa condição, recebem rendimentos mais baixos. E essa relação é ainda mais nítida nas metrópoles nordestinas.

Embora não tenhamos introduzido nenhuma medida de pobreza neste trabalho, o fato da subocupação prevalecer em Recife e em Salvador vis-à-vis as outras metrópoles analisadas, de estar sobre-representada entre os de menor nível de rendimento e entre os ocupados no setor informal, em ocupações manuais, é uma evidência da associação entre essa condição de ocupação e a de pobreza.

Por fim, mulheres, negros, menos escolarizados e jovens constituem-se grupos demográficos mais sujeitos a subocupação. O perfil dos indivíduos é mais uma indicação da relação entre subocupação e pobreza, uma vez que são esses grupos os mais vulneráveis à privação de renda (Ribas e Machado, 2007).

7. Referências bibliográficas

- Ashenfelter, O; Heckman, J (1972). "Estimating Labor Supply Functions," *Working Papers 409*, Princeton University, Department of Economics, Industrial Relations Section.
- Ehrenberg, R. S. e Smith, R. G. (1995). *A Moderna Economia do Trabalho: teoria e política pública*. Makron Books Editora.
- IBGE (2002). Pesquisa Mensal do Emprego. *Série Relatórios Metodológicos*. Rio de Janeiro: volume 23.
- Januzzi, J. e Soares, M. (2006). *As várias faces do mercado de trabalho*. Editora Imprensa Oficial de Minas Gerais.
- Kubrusly, L. S.; Saboia, J. (2006). Uma análise multivariada da população ocupada nas regiões metropolitanas brasileiras. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, v. 27, n.2, p. 411-436, out.
- Mortensen, Dale T.,(1970) "Job Search, the Duration of Unemployment, and the Phillips Curve," *American Economic Review*, Dec., v. 60, no. 5, pp. 847-62.
- OIT (1998). Resolução relativa à medição do subocupação e das situações de emprego inadequado. *Relatório da 16ª. Conferência Internacional das Estatísticas de Trabalho*. Genebra, outubro. Extraído em jul/2007 de <http://www.ilo.org>.
- Ramos, L. (2007) O desempenho recente do mercado de trabalho brasileiro: tendências, fatos estilizados e padrões espaciais. *Texto para Discussão IPEA n° 1255*. Rio de Janeiro, jan.
- Ribas, R. P. and A. F. Machado (2007), "Distinguishing Chronic Poverty from Transient Poverty in Brazil: developing a model for pseudo-panel data," *Working Paper 36*, International Poverty Centre, UNDP.
- Rissman, E. R.(2003) Self-employment as an alternative to unemployment. Chicago: Federal Reserve Bank, *Working Paper*, n. 2003-34).
- Saboia, J. (2001). Descentralização industrial no Brasil na década de noventa: um processo dinâmico e diferenciado regionalmente. *Revista Nova Economia*, Vol. 11. No. 2, Belo Horizonte, dez.

- Siqueira, H. e Falvo, J. F. (2007). As Interações entre a Dimensão Urbano-Regional e a Estrutura de Ocupações nas Metrôpoles Nordestinas. *Anais do X Encontro Nacional da ABET*, Salvador.

Anexo: Coeficientes de variação das tabelas da seção 4
Tabela 8.a - Coeficientes de variação do total de pessoas ocupadas por desejo de trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,79	1,77	1,25	1,22	1,14	1,39	0,62
2003	1,74	1,83	1,22	1,16	1,16	1,28	0,62
2004	1,58	1,94	1,20	1,01	1,09	1,25	0,58
2005	1,53	1,78	1,19	1,06	1,01	1,29	0,56
2006	1,75	1,66	1,17	1,00	1,02	1,20	0,55
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	8,34	9,50	6,77	7,85	7,60	6,67	3,39
2003	6,95	9,55	6,65	6,86	6,49	5,74	3,30
2004	7,20	7,22	5,97	6,91	7,78	6,79	3,39
2005	8,43	7,76	6,92	9,14	6,72	6,63	3,41
2006	5,30	8,16	5,28	7,88	7,81	8,81	3,26

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 9.a - Coeficientes de variação do percentual das pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas que as efetivamente trabalhadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	7,92	9,39	6,64	6,64	6,04	6,67	-
2003	7,15	9,59	6,62	5,65	4,70	6,16	-
2004	7,54	6,84	6,13	6,27	5,62	6,97	-
2005	8,44	7,44	6,73	7,90	5,05	6,90	-
2006	5,57	7,88	5,12	7,38	5,70	8,87	-

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 10.a - Coeficientes de variação do percentual de chefes de família por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,46	1,90	1,30	1,15	1,04	1,27	0,58
2003	1,41	1,88	1,35	1,14	1,06	1,26	0,59
2004	1,37	1,61	1,23	1,04	1,08	1,18	0,58
2005	1,61	1,47	1,22	1,05	1,00	1,24	0,55
2006	1,53	1,68	1,22	1,04	1,02	1,13	0,56
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,50	6,11	3,81	4,49	4,71	3,92	2,06
2003	4,49	5,42	3,66	3,46	3,61	3,99	1,85
2004	6,12	3,43	3,90	4,89	4,86	4,05	2,14
2005	5,76	4,35	4,16	5,36	4,34	4,53	2,16
2006	4,20	3,83	2,91	5,93	4,34	5,95	1,99

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 11.a - Coeficientes de variação do número médio de moradores no domicílio da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,26	1,60	1,04	0,99	0,91	1,02	0,50
2003	1,13	1,60	0,93	0,92	0,82	1,01	0,45
2004	1,19	1,36	0,95	0,90	0,81	1,01	0,45
2005	1,13	1,30	0,99	0,97	0,80	1,01	0,45
2006	1,17	1,39	1,00	0,86	0,80	1,03	0,45
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,17	3,25	2,13	2,42	2,04	2,09	1,00
2003	2,38	3,18	2,23	2,09	1,87	2,34	1,02
2004	2,84	1,95	2,09	2,36	1,68	2,65	0,93
2005	2,82	2,60	2,10	2,86	2,44	2,75	1,18
2006	1,94	2,25	1,41	2,43	2,18	2,94	0,94

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 12.a - Coeficientes de variação do percentual de homens por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,16	1,32	0,90	0,85	0,82	0,95	0,44
2003	1,06	1,31	0,90	0,97	0,80	0,97	0,45
2004	1,23	1,23	0,89	0,84	0,82	0,99	0,44
2005	1,10	1,28	0,88	0,92	0,83	0,92	0,46
2006	1,10	1,31	0,85	0,94	0,77	0,95	0,44
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,54	5,05	3,53	4,34	4,31	3,26	1,82
2003	3,44	5,06	3,20	3,46	3,26	3,82	1,71
2004	4,78	3,21	3,13	4,38	4,75	3,92	1,93
2005	4,72	3,77	3,32	5,43	4,23	4,16	2,01
2006	3,41	4,44	2,63	5,42	4,59	5,04	1,90

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 13.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas brancas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,91	8,24	2,94	2,48	1,55	0,77	1,06
2003	4,81	9,94	2,89	1,98	1,59	0,67	1,01
2004	4,61	8,17	2,81	2,04	1,80	0,80	1,09
2005	4,61	7,72	2,88	2,14	1,80	0,72	1,09
2006	3,44	7,61	2,67	2,04	1,62	0,86	1,00
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	9,71	15,38	5,65	6,13	4,46	2,10	2,61
2003	7,50	14,46	5,85	4,78	4,08	1,91	2,39
2004	10,30	13,06	5,96	5,74	4,64	2,43	2,96
2005	10,24	13,64	5,37	6,63	4,31	2,07	2,85
2006	6,24	14,67	3,95	6,57	4,89	3,23	2,81

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 14.a - Coeficientes de variação do número médio de anos de estudos completos da pessoa ocupada por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,01	1,91	1,44	1,38	1,35	1,50	0,74
2003	1,88	1,86	1,41	1,34	1,37	1,49	0,73
2004	1,77	1,92	1,33	1,32	1,26	1,42	0,69
2005	1,74	1,84	1,24	1,27	1,20	1,24	0,66
2006	1,59	1,68	1,23	1,23	1,17	1,23	0,64
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,23	3,87	2,92	3,61	3,22	2,88	1,53
2003	3,37	3,57	2,72	2,86	2,90	2,95	1,44
2004	3,71	2,52	2,62	3,13	2,82	3,31	1,34
2005	3,62	3,11	2,57	3,37	3,13	3,31	1,48
2006	2,91	2,86	2,07	3,32	3,22	2,86	1,33

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 15.a - Coeficientes de variação da idade média das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	0,62	0,64	0,48	0,50	0,46	0,47	0,25
2003	0,64	0,55	0,48	0,49	0,43	0,50	0,24
2004	0,60	0,57	0,45	0,47	0,43	0,52	0,24
2005	0,56	0,59	0,44	0,46	0,42	0,49	0,23
2006	0,61	0,68	0,45	0,44	0,43	0,46	0,23
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,47	1,71	1,22	1,45	1,91	1,32	0,76
2003	1,37	1,89	1,32	1,38	1,37	1,44	0,72
2004	1,88	1,09	1,29	1,50	1,48	1,61	0,67
2005	1,71	1,25	1,43	2,45	1,55	1,60	0,81
2006	1,14	1,25	0,92	1,72	1,69	1,74	0,69

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 16.a - Coeficientes de variação da jornada média mensal das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	0,71	0,66	0,45	0,51	0,37	0,53	0,23
2003	0,57	0,66	0,42	0,44	0,35	0,51	0,21
2004	0,61	0,68	0,50	0,48	0,47	0,64	0,25
2005	0,62	0,61	0,46	0,46	0,40	0,58	0,23
2006	0,67	0,63	0,53	0,46	0,48	0,61	0,26
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,76	3,53	2,23	2,79	2,87	2,32	1,23
2003	2,84	4,25	2,10	2,54	2,85	2,70	1,40
2004	2,94	2,21	2,52	2,68	2,91	2,66	1,28
2005	3,13	2,73	2,25	3,63	2,93	3,30	1,47
2006	2,46	2,73	1,87	3,08	3,63	3,99	1,39

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 17.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas ocupadas que desejavam trabalhar mais horas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

jornada de trabalho inferior às 40 horas semanais							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	0,62	0,48	0,48	0,50	0,46	0,47	0,25
2003	0,63	0,48	0,48	0,49	0,52	0,50	0,23
2004	0,64	0,45	0,45	0,47	0,54	0,48	0,21
2005	0,56	0,59	0,44	0,46	0,59	0,52	0,21
2006	0,58	0,68	0,45	0,44	0,43	0,46	0,21
jornada de trabalho inferior às 44 horas semanais							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,47	1,73	1,22	1,45	1,81	1,23	0,73
2003	1,35	1,84	1,22	1,32	1,47	1,34	0,75
2004	1,78	1,02	1,21	1,49	1,43	1,65	0,71
2005	1,61	1,21	1,46	2,35	1,51	1,62	0,89
2006	1,12	1,23	0,91	1,62	1,60	1,75	0,88

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 18.a - Coeficientes de variação do rendimento médio mensal por hora das pessoas ocupadas por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	6,11	7,47	4,71	4,26	4,81	4,11	2,67
2003	6,82	6,47	4,54	4,47	4,11	3,76	2,36
2004	7,01	8,66	7,18	5,26	4,67	4,28	2,73
2005	9,62	7,78	4,59	4,69	4,77	3,94	2,65
2006	7,73	7,47	6,79	4,70	4,96	3,80	2,74
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	11,93	8,52	9,00	11,13	6,56	7,33	4,50
2003	9,56	17,74	7,71	9,05	9,40	11,14	4,81
2004	10,32	8,11	6,21	6,49	6,68	25,07	4,41
2005	8,50	6,93	15,28	9,80	8,43	6,14	4,92
2006	8,49	7,61	6,77	12,38	11,05	7,25	5,13

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 19.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas que contribuem para previdência por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,80	2,15	1,14	1,25	1,14	1,19	0,63
2003	1,93	2,03	1,17	1,30	1,19	1,17	0,66
2004	1,91	2,13	1,20	1,39	1,20	1,11	0,67
2005	1,81	2,35	1,02	1,36	1,06	1,13	0,62
2006	1,71	2,09	1,03	1,23	1,02	1,05	0,58
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	5,12	8,49	4,47	6,38	6,71	4,50	2,84
2003	8,17	9,21	5,02	6,45	5,89	5,62	3,14
2004	12,61	5,70	5,49	6,38	8,60	6,36	3,52
2005	9,06	7,19	4,80	7,41	5,59	5,96	2,93
2006	6,57	6,91	3,78	7,40	7,13	7,27	2,92

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 20.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas cujo tempo de trabalho é superior a um ano por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,28	1,50	1,12	1,13	1,01	1,23	0,56
2003	1,19	1,40	1,12	0,93	0,98	1,12	0,52
2004	1,09	1,35	1,07	0,92	0,93	1,13	0,50
2005	1,13	1,31	1,16	0,94	0,89	1,15	0,49
2006	1,20	1,45	1,05	0,91	0,94	1,09	0,50
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	4,02	4,51	3,98	3,96	4,38	3,47	1,87
2003	3,01	4,61	3,57	3,10	3,50	3,33	1,69
2004	4,36	3,08	3,46	3,27	4,83	4,35	1,89
2005	4,44	3,49	3,42	5,30	3,79	4,49	1,91
2006	3,17	2,98	2,63	4,41	4,14	4,17	1,70

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 21.a - Coeficientes de variação da proporção de pessoas no setor informal por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	1,84	2,17	1,68	1,60	1,60	1,91	0,84
2003	1,65	2,15	1,58	1,55	1,52	1,91	0,80
2004	1,85	2,28	1,61	1,62	1,46	1,91	0,81
2005	1,94	2,41	1,58	1,64	1,45	1,95	0,81
2006	1,85	2,38	1,63	1,55	1,45	1,90	0,80
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	2,49	3,44	2,68	3,93	4,57	3,40	1,73
2003	2,94	4,44	2,65	3,63	3,11	3,65	1,63
2004	2,80	2,29	2,36	3,46	4,00	3,68	1,64
2005	3,50	2,88	2,79	4,59	3,47	3,84	1,66
2006	2,15	3,31	2,45	3,80	3,27	4,27	1,42

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Tabela 22.a - Coeficientes de variação do percentual de pessoas cujo nível de qualificação é manual por região metropolitana, setembro de cada ano (%)

não desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	3,13	3,54	2,45	2,53	2,38	2,60	1,28
2003	3,19	3,39	2,46	2,63	2,39	2,52	1,28
2004	3,36	3,45	2,46	2,50	2,36	2,60	1,27
2005	3,06	3,39	2,31	2,47	2,47	2,47	1,30
2006	3,01	3,49	2,40	2,59	2,46	2,59	1,31
desejavam trabalhar mais horas							
	Recife	Salvador	Belo Horizonte	Rio de Janeiro	São Paulo	Porto Alegre	Total
2002	6,29	7,13	5,17	6,76	6,07	5,24	2,78
2003	5,58	6,19	4,50	7,28	5,22	5,01	2,83
2004	6,13	4,05	4,21	5,93	5,05	4,79	2,35
2005	6,37	4,36	4,18	6,75	5,75	5,22	2,58
2006	4,40	5,01	3,88	7,93	6,03	4,88	2,56

Fonte: Elaboração própria a partir dos microdados da PME (IBGE).

Lista de Textos para Discussão da Faculdade de Economia da Universidade Federal Fluminense:

A partir do número 169 os textos estão disponíveis online (<http://www.uff.br/econ/>), no formato PDF.

TD 117	Deflação, depressão e recuperação econômica: uma abordagem keynesiana. <i>João Sicsú & Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 118	Possibilidades de análise da conjuntura mundial <i>Theotônio dos Santos</i>
TD 119	Globalização e mundialização do capital: o estágio atual do capitalismo contemporâneo nas visões de Chesnais e Minsky <i>Victor Hugo Klagsbrunn</i>
TD 120	O Mercado como Teoria da Sociedade: o radicalismo filosófico de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 121	Hayek's Social Philosophy: the evolutionary versus the evolutionist <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 122	Legitimate inequalities: towards a complex-egalitarianism <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 123	Déficit Fiscal no Brasil: uma análise do seu comportamento no período Pós-Real <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 124	A Defesa do mercado no Brasil: o pensamento apologético de Roberto Campos <i>Angela Ganem</i>
TD 125	Eficiência, objetivo e coordenação da política macroeconômica no período 1974-79 <i>João Sicsú</i>
TD 126	A Utilização de mercados de licenças de emissão para o controle do efeito estufa e os custos de transação <i>Maria Bernadete Sarmiento Gutierrez & Mário Jorge Cardoso de Mendonça</i>
TD 127	Reforma agrária e globalização da economia: o caso do Brasil <i>Carlos E. Guanzioli</i>
TD 128	Matemática e aplicações <i>Renata R. Del-Vecchio & Rosa Maria Nader D. Rodrigues</i>
TD 129	O Conceito de normalidade econômica Marshalliano e o discricionarismo monetário de Keynes <i>João Sicsú</i>
TD 130	Qual o valor do Auto-Interesse? <i>Célia de Andrade Lessa Kertenetzky</i>
TD 131	A Teoria da Independência do Banco Central: uma interpretação crítica <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 132	Dilema da Sociedade Salarial: realismo ou ceticismo instrumental <i>Mário Duayer</i>
TD 133	O Desemprego no Feminino <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 134	A Teoria e o Método do Espelho da História <i>Angela Ganem</i>
TD 135	A Mensuração da Independência do Banco do Brasil <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 136	Economia e Filosofia: tensão e solução na obra de Adam Smith <i>Angela Ganem</i>
TD 137	Inveja Igualitária <i>Célia de Andrade Lessa Kerstenetzky</i>
TD 138	Dedutivismo e "Teoria Econômica"

	<i>André Guimarães Augusto</i>
TD 139	A Economia Política da Privatização <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 140	O Trabalho Feminino no Mundo Rural <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 141	Marx, Sraffa e a "Nova" Solução para o problema da Transformação <i>Marcelo José Braga Nonnenberg</i>
TD 142	Credible Monetary Policy: A Post Keynesian Approach <i>João Sicsú</i>
TD 143	Série de Pagamentos Lineares Convergentes: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 144	Metas de Inflação: Uma análise preliminar para o caso brasileiro <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 145	Teoria e Evidências do Regime de Metas Inflacionárias: Algumas observações críticas preliminares <i>João Sicsú</i>
TD 146	Regimes Monetários e a Busca da Estabilidade de Preços: O uso de metas para a taxa de câmbio, agregados monetários e inflação <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 147	As Atividades de P&D e o Sistema Financeiro: o papel de uma Agência Especial de Seguros de empréstimos no Brasil <i>João Sicsú & Eduardo da Motta Albuquerque</i>
TD 148	Equilíbrio em Contratos Indexados: uma abordagem didática <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 149	Adam Smith e a Questão Distributiva: Uma breve resenha da literatura <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 150	Restrição Externa, Padrões de Especialização e Crescimento Econômico <i>Luiz Daniel Willcox de Souza</i>
TD 151	Do Choque Heterodoxo à Moeda Indexada: concepções teóricas para se eliminar alta inflação crônica brasileira. <i>Rodrigo Mendes Gandra</i>
TD 152	A Inconsistência Temporal, o Viés Inflacionário e a Tese da Independência do Banco Central <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 153	Breve História do Juro: Uma abordagem dissertativa Instrumental de Finanças <i>Antônio da Costa Dantas Neto</i>
TD 154	O Dinheiro e as Formas Monetárias <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 155	A Teoria da credibilidade da política monetária: desdobramento do debate regras versus discricção <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 156	Accumulation Regimes, Macroeconomic Structure and Capacity Utilization: a reconsideration of the relation between income distribution and economic growth in post keynesian models <i>José Luís Oreiro</i>
TD 157	O Seguro Desemprego é ainda uma Boa Idéia: o caso brasileiro <i>Hildete Pereira de Melo & Lena Lavinas</i>
TD 158	A teoria do Capital Humano, as Teorias da Segmentação e a Literatura Institucionalista: proposições de políticas públicas e implicações sobre a distribuição de renda <i>Leonardo M. Muls</i>
TD 159	Bolhas Racionais, Ciclo de Preços de Ativos e Racionalidade Limitada: uma avaliação crítica dos modelos neoclássicos de bolhas especulativas

	<i>José Luís Oreiro</i>
TD 160	A Independência do Banco Central e Coordenação de Políticas <i>Hélder Ferreira de Mendonça</i>
TD 161	O Federalismo Norte-Americano: a “Era Reagan” e suas consequências <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 162	Moeda Única: teoria e reflexão para o caso do Mercosul <i>Helder Ferreira de Mendonça & Anabel da Silva</i>
TD 163	Plano Real: da âncora monetária à âncora cambial <i>André de Melo Modenesi</i>
TD 164	Micronegócios Urbanos Numa Perspectiva de Gênero <i>Hildete Pereira de Melo & Alberto Di Sabbato</i>
TD 165	Acumulação de Capital, Utilização da Capacidade Produtiva e Inflação: Uma análise a partir de um modelo pós-keynesiano não-linear <i>José Luís Oreiro & Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 166	Testing for Adverse Selection in the Brazilian Health Plan Market <i>Alexey T.S. Wanick & Marcelo Resende</i>
TD 167	Teoria fiscal da determinação do nível de preços: uma resenha <i>Helder Ferreira de Mendonça</i>
TD 168	Faculdade da Economia da UFF – 60 anos de história <i>Hildete Pereira de Melo</i>
TD 169	Linha de pobreza: um olhar feminino <i>Hildete Pereira de Mello</i>
TD 170	Interactive Individualism: an essay on Hayek's methodological individualism <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 171	Globalização tecnológica das EMN: efeitos sobre a especialização e convergência de países catch-up na América Latina <i>Ana Urraca Ruiz</i>
TD 172	O PROER no centro de reestruturação bancária brasileira dos anos noventa <i>Carlos Augusto Vidotto</i>
TD 173	Metodologia para a recuperação do PIB trimestral utilizando modelos univariados e multivariados em espaço de estado com valores omissos, benchmarking, variáveis explicativas e heterocedasticidade <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 174	Estoque e Produtividade de Capital Fixo - Brasil, 1940-2004 <i>Lucilene Morandi</i>
TD 175	Desigualdade intra-grupos educacionais e crescimento: um tema emergente <i>Ana Czeresnia Costa e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 176	Intra-industry trade with emergent countries: What we can learn from Spanish data? <i>Juliette M. Baleix e Ana I. Moro-Egido</i>
TD 177	Os afazeres domésticos contam <i>Hildete Pereira de Melo, Claudio Monteiro Considera e Alberto Di Sabatto</i>
TD 178	Uma breve história da defesa da concorrência <i>Claudio Monteiro Considera</i>
TD 179	Em Direção as Metas de Desenvolvimento do Milênio: uma análise regional <i>Rosane Mendonça</i>
TD 180	Políticas Sociais: focalização ou universalização? <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 181	A Importância de Evidências Econômicas para a Investigação de Cartéis - A Experiência Brasileira <i>Claudio Monteiro Considera e Gustavo F. de Seixas Duarte</i>
TD 182	Federalismo Fiscal – Experiências Distintas: Estados Unidos e Brasil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 183	Uma avaliação dos custos e benefícios da educação pré-escolar no Brasil

	<i>Ricardo Barros e Rosane Mendonça</i>
TD 184	Progresso e pobreza na Economia Política Clássica <i>Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 185	Padrões de consumo, energia e meio ambiente <i>Claude Cohen</i>
TD 186	Agronegócio no Brasil: perspectivas e limitações <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 187	The Monetary Transmission Mechanism in Brazil: Evidence from a VAR Analysis <i>Viviane Luporini</i>
TD 188	Experiências de desenvolvimento territorial rural no Brasil <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 189	Conceitos de sustentabilidade fiscal <i>Viviane Luporini</i>
TD 190	Regulation school and contemporary heterodoxies <i>André Guimarães Augusto</i>
TD 191	Micro and macro relations in a monetary production economy <i>Carmem Feijó</i>
TD 192	Education and equality: a post-Rawlsian note <i>Celia Lessa Kesrtenetsky</i>
TD 193	Potential growth and structural changes: An analysis of the European case <i>Mario Amendola, Bernhard Böhm, Jean-Luc Gaffard, Lionel Nesta, Lionello F. Punzo, Francesco Saraceno</i>
TD 194	Uma análise das principais causas da queda recente na desigualdade de renda brasileira <i>Ricardo Barros, Mirela de Carvalho, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 195	Fiscal federalism as a political instrument – distinct experiences: United States of America and Brazil <i>Ruth Helena Dweck</i>
TD 196	Atividade Monetária entre 1964 e o Início de 1986 <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 197	Expectativas, Déficit, Senhoriagem e Inflação <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 198	La inversión directa de España en Brasil y América Latina <i>Ángeles Sánchez Díez</i>
TD 199	Exogeneity of Money Supply in Brazil from 1966 to 1985: Full Version <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 200	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 201	Demanda por Moeda, Senhoriagem e Megainflação. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 202	Metodologia para a periodização endógena da taxa de inflação no Brasil e aproximação de seus modelos ARIMA, 1960 a 2005. <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 203	La libertà di scelta nella sfera produttiva: l'impresa capitalistica e l'impresa autogestita. <i>Ernesto Screpanti</i>
TD 204	Notas Sobre a Produtividade Industrial <i>Carmem Aparecida Feijó e Paulo Gonzaga M. de Carvalho</i>
TD 205	Influência dos Processos Interativos no Desempenho Inovativo de Empresas Inseridas em Aglomerações Produtivas Intensivas em Conhecimento <i>Fabio Stallivieri, Marcelo Matos e Gustavo José Guimarães e Souza</i>
TD 206	Da Estruturação ao Equilíbrio Fiscal: uma análise das finanças públicas estaduais no governo FHC <i>Ana Paula Mawad e Viviane Luporini</i>
TD 207	Desenvolvimento Financeiro e Desigualdade de Renda: evidências para o caso brasileiro

	<i>Camille Bendahan Bemerguy e Viviane Luporini</i>
TD 208	Instabilidade Internacional e Hegemonia: notas sobre a evolução do Sistema Monetário Internacional <i>Mario Rubens de Mello Neto e Victor Leonardo de Araújo</i>
TD 209	Apontamentos para uma Teoria da Corrupção: uma visão a partir da Sociologia Econômica <i>Ralph Miguel Zerkowski</i>
TD 210	Filosofia da ciência e metodologia econômica: do positivismo lógico ao realismo crítico <i>Carolina Miranda Cavalcante</i>
TD 211	Imigrantes portugueses no Brasil a partir dos recenseamentos populacionais do século XX: um estudo exploratório <i>Hildete Pereira de Melo e Teresa Cristina Novaes Marques</i>
TD 212	Conteúdo de trabalho feminino no comércio exterior brasileiro <i>Marta dos Reis Castilho</i>
TD 213	Regulação ou Cooptação? A Ação do Ministério da Agricultura e Pecuária (MAPA) através das Câmaras Setoriais e Temáticas da Agricultura entre 2002 e 2006 <i>Carlos E. Guanziroli, Marco B. Ortega e Carlos Américo Basco</i>
TD 214	Reputação e Transparência da Autoridade Monetária e Comportamento da Firma Bancária <i>Gabriel Caldas Montes</i>
TD 215	Trabalho reprodutivo no Brasil: quem faz? <i>Hildete Pereira de Melo e Marta dos Reis Castilho</i>
TD 216	Metodologia de estimação do PIB trimestral utilizando procedimentos de cointegração e filtros de Kalman <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 217	An Approach for Testing Money Supply Exogeneity in Brazil Mixing Kalman Filter and Cointegration Procedures <i>Luis Fernando Cerqueira</i>
TD 218	Avaliação do Impacto da Alfabetização de Adultos sobre o Desenvolvimento Humano: Uma análise com dados secundários <i>João Pedro Azevedo, Gabriel Ulyssea, Rosane Mendonça e Samuel Franco</i>
TD 219	Impacto da Discriminação e segmentação do mercado de trabalho e desigualdade de renda no Brasil <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 220	A recente queda na desigualdade de renda e o acelerado progresso educacional brasileiro na última década <i>Ricardo Barros, Samuel Franco e Rosane Mendonça</i>
TD 221	Efeitos da saúde na idade de entrada à escola <i>Danielle Carusi Machado</i>
TD 222	O papel do instituto da patente no desempenho da indústria farmacêutica <i>Samuel de Abreu Pessoa, Claudio Monteiro Considera e Mário Ramos Ribeiro</i>
TD 223	Pobreza como privação de liberdade: o caso da favela do Vidigal no Rio de Janeiro <i>Larissa Santos e Celia Lessa Kerstenetzky</i>
TD 224	Confusões em torno da noção de público: o caso da educação superior (provida por quem, para quem?) <i>Ricardo Barros et al.</i>
TD 225	Gastos públicos: investimentos em infra-estrutura no período pós-privatização <i>Artur Faria dos Reis</i>
TD 226	Legislação trabalhista agrícola e pobreza no Brasil: uma abordagem de custos de transação <i>Gervásio Castro de Rezende e Ana Cecília Kreter</i>

TD 227	Estimation of Brazilian Quartely GDP with cointegration methods and benchmarking processes by state space model <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 228	Dinâmica da Inflação no Brasil, 1960-2005 - uma sinopse <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 229	Moeda, Inércia, Conflito, o Fisco e a Inflação: Teoria e Retórica dos Economistas da PUC-RJ <i>Carlos Pinkusfeld Bastos e Mario Rubens de Mello Neto</i>
TD 230	Economia Popular, Desenvolvimento Local e Cooperação: o caso da ENDA Brasil. <i>Hildete Pereira de Melo e Sônia Maria de Carvalho</i>
TD 231	A economia informal metropolitana: um estudo baseado na ECINF/IBGE. <i>Hildete Pereira de Melo e Leonardo Siqueira Vasconcelos</i>
TD 232	A industrialização brasileira nos anos 1950: uma análise da Instrução 113 da SUMOC <i>Ana Claudia Caputo e Hildete Pereira de Melo</i>
TD 233	Desenvolvimento Territorial rural no Brasil: uma polêmica <i>Carlos Enrique Guanzioli</i>
TD 234	Parametric Bootstrap for Unit Root Testing - Brazilian Evidence <i>Luiz Fernando Cerqueira</i>
TD 235	Um Aspecto da Subocupação por Insuficiência de Horas Trabalhadas: a análise do desejo de trabalhar horas adicionais <i>Danielle Carusi Machado e Ana Flávia Machado</i>

